



© MÍDIA NINJA

Mobilização nacional indígena realiza novos protestos em Brasília

Mais de 500 indígenas participaram das manifestações de maio, em Brasília, em defesa de seus direitos territoriais. A eles se juntaram movimentos sociais que protestavam contra a Copa do Mundo. Houve confronto com a cavalaria e bombas de gás lacrimogêneo foram lançadas • **P.15**

PIMENTA BANIWA GANHA MAIS UMA CASA NO RIO NEGRO

A festa de inauguração durou três dias e a nova unidade pretende ampliar o mercado que a iguaria vem conquistando em diferentes lugares do Brasil • **P.11**

SAÚDE RIBEIRINHA NA AMAZÔNIA SAI DO PAPEL

Diagnóstico feito pelo ISA, prefeitura de Altamira e Unifesp gerou portaria do Ministério da Saúde que ampliou recursos permitindo maior acesso da população ribeirinha à rede pública de saúde • **P.8**



© ERNANI MARTELLI SOARES/ISA

Participantes leem o decreto 7747 que instituiu a PNGATI

Gestão Ambiental e Territorial é tema de curso em São Gabriel da Cachoeira (AM)

Em maio, representantes indígenas das cinco coordenadorias regionais da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (Foirn), servidores públicos da Funai e do ICMBio, e lideranças Yanomami de Maturacá e Rio Marauíá participaram do primeiro módulo do curso básico de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas no Rio Negro, realizado na sede do ISA, em São Gabriel da Cachoeira, noroeste amazônico. O curso, que deverá ter quatro módulos intermediados por períodos de pesquisas nas comunidades, é financiado pelo Projeto Demonstrativo dos Povos Indígenas (PDPI), tem como executor responsável a Foirn e terá duração de um ano. Foi planejado para trazer à região do Rio Negro discussões que construam pontes entre as realidades locais e a Política Nacional de Gestão Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI).

Um edital de convocação foi circulado entre as instituições locais e comunidades indígenas a fim de ampliar a participação e apresentar procedimentos e critérios de indicação. O edital foi construído de forma que os participantes se comprometam a implementar parte do que aprenderão e formar uma rede de colaboração para potencializar trocas e iniciativas.

O primeiro módulo analisou o histórico dos direitos indígenas no Estado brasileiro, o processo de construção da PNGATI e discutiu suas diretrizes, eixos e objetivos específicos em grupos separados por região formados por representantes indígenas e técnicos indigenistas.

SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/1n5k3bt>

Curtas

▶ **TI RAPOSA-SERRA DO SOL, EM RORAIMA, SEDIA FEIRA DE SEMENTES.** Realizada em maio, a III Feira de Ciências e Sementes dos Povos Indígenas de Roraima exibiu mais de uma centena de espécies agrícolas e frutíferas que vieram de oito Terras Indígenas, trazidas por representantes das etnias Macuxi, Wapichana, Yanomami e Wai-Wai, de Roraima, dos Tingui-Botó, de Alagoas e dos Waurá, do Parque Indígena do Xingu (MT). A iniciativa foi do CIR – Conselho Indígena de Roraima –, em parceria com o Inpa – Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia/Iniciativa Wazaka'ye – e a Diocese de Roraima. A participação de representantes da Rede de Sementes do Xingu, que envolve povos indígenas, agricultores familiares e coletores urbanos em 21 municípios do Estado do Mato Grosso e conta com o apoio do ISA, foi um dos destaques. O trabalho da Rede tem contribuído para a recuperação das nascentes e matas ciliares no entorno do Parque Indígena do Xingu.

SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/1wz96E5>



Semana do Extrativismo debate estratégias de desenvolvimento para a Terra do Meio

A I Semana do Extrativismo, realizada em maio na Resex do Rio Iriri, na Terra do Meio (PA), teve cerca de 30 participantes e foi promovida pelo ISA e pelas associações de moradores das Resex do Rio Xingu, do Riozinho do Anfrísio e do Iriri. Extrativistas, representantes do Sebrae, da Fundação Rainforest da Noruega, do Imafloa, do Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu (PDRSX), da Fundação Viver, Produzir e Preservar (FVPP) e das empresas Mercur, Natura e Cacaueway avaliaram o trabalho realizado durante seis anos e sugeriram propostas e ações para o extrativismo na região. O foco central foram os multiprodutos da floresta e os contratos diferenciados de comercialização para cada um deles, aí incluídos borracha, castanha, óleos de babaçu, andiroba, copaíba, farinhas, frutas e sementes florestais. Ao final, foi elaborado um manifesto com reivindicações indicadoras de um programa de desenvolvimento para a região, baseado na riqueza socioambiental e na floresta em pé. O documento foi entregue ao governador do Pará, Simão Jatene. Uma



© RAFAEL SALAZAR/POLTRONA FILMES

Intercâmbio técnico abordou o corte da seringa entre outros temas

das reivindicações é a redução da pauta da borracha para R\$ 2,00. Atualmente fixada em R\$ 6,00, sobre ela incide o ICMS de 12%, onerando o custo do produto vendido para empresas de fora do Pará. O manifesto defende ainda a implementação da lei estadual para produtos extrativistas.

SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/1l43dp7>

Quilombos do Vale do Ribeira querem proteção para seu Sistema Agrícola

Em maio, 18 comunidades quilombolas do Vale do Ribeira, em São Paulo, deram início ao projeto Sistema Agrícola Quilombola: soberania alimentar, cultura e geração de renda. Trata-se da segunda etapa do projeto que resultou no *Inventário Cultural dos Quilombos do Vale do Ribeira*, publicado em livro e em vídeo. No seminário de apresentação do inventário, no final de 2011, as comunidades definiram que o sistema agrícola – que associa elementos da cultura material e imaterial e guarda um vasto conhecimento sobre o processamento dos alimentos, técnicas de plantios, entre outros – é o bem cultural mais importante e compartilhado por elas. E enfatizaram a necessidade de implementar ações para a sua salvaguarda. Entre elas, formalizar a solicitação de registro do

SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/1qOaaUw>

Sistema Agrícola Quilombola junto ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). A partir daí, o ISA elaborou um projeto e conseguiu o patrocínio da Petrobrás. Além das 16 comunidades que participaram da primeira etapa (São Pedro, Ivaporunduva, Sapatu, Pedro Cubas, Pedro Cubas de Cima, Abobral, Galvão, Pilões, Maria Rosa, Porto Velho, Nhunguara, Bombas, Praia Grande, Cangume, Morro Seco e Mandira), juntaram-se mais duas ao grupo: Poça e Piririca. Além de elaborar o dossiê para a obtenção do Registro do Sistema Agrícola Quilombola como patrimônio nacional, o objetivo é também fomentar a produção das roças tradicionais e a comercialização de seus produtos visando a segurança alimentar das comunidades, a transmissão cultural dos saberes e a geração de renda complementar.



© INAZA MARTOS

Coletores visitam viveiro de mudas em Canarana

Redes de sementes trocam experiências em expedição inédita

Em maio, 60 coletores da Rede de Sementes do Xingu (RSX) e de outras redes da Amazônia e do Cerrado, compradores e colaboradores trocaram experiências e refletiram sobre os desafios futuros da produção e manejo de sementes florestais. Eles participaram da primeira expedição e intercâmbio da rede, que partiu de Canarana (MT) em visita a fazendas que restauraram e continuam a restaurar áreas degradadas. Observaram as diferentes etapas da restauração e reconheceram as espécies das sementes que coletaram por meio da Rede. Ouviram palestras sobre o início da Campanha Y Ikatu Xingu (de recuperação de nascentes e matas ciliares das cabeceiras do Rio Xingu) e o nascimento da Rede de Sementes em 2007, que conta hoje com 350 coletores espalhados em 21 municípios de Mato Grosso.

Depois, a expedição seguiu para Nova Xavantina, onde se encerrou. Ali, a comitiva conheceu de perto o trabalho do grupo que atua no município. Eles se organizam

SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/1zOf1zg>



© TOM COENE

Variedade de sementes coletadas pela Rede

de maneira coletiva, beneficiam juntos as sementes com polpas e criaram protocolos para entrega, para garantir a qualidade do lote. Ainda em Nova Xavantina, o grupo acompanhou a inauguração do Laboratório de Qualidade de Sementes Florestais da Universidade Estadual de Mato Grosso (Unemat), parceria entre a universidade e o ISA. O laboratório vai analisar a qualidade das sementes da Rede de Sementes do Xingu e futuramente poderá desenvolver pesquisas acadêmicas.

Hutukara e ISA realizam expedição às estradas vicinais na TI Yanomami (RR)

Realizada em março, a expedição percorreu mais de 475 km, entre os rios Ajarani e Mucajá, no limite leste da Terra Indígena Yanomami, em Roraima. Foram visitados sete assentamentos de reforma agrária e duas Unidades de Conservação. As equipes do ISA, da Hutukara e da Funai, que vêm trabalhando juntas desde 2012, constataram redução significativa no processo de invasões no Ajarani apesar do crescimento de novos vetores de pressão.

A expedição de 2014 teve como objetivo monitorar a expansão da malha viária no entorno da TIY, e verificar o impacto da fiscalização que vem sendo desenvolvida nos últimos anos nessa área. Foram percorridas várias vicinais, entre elas uma que liga a Perimetral Norte (BR-210) ao igarapé Trinta, no limite da TIY com a Estação Ecológica de Caracarái (Esec). Os limites da TIY neste trecho estão sendo respeitados. Já ao norte da península do Ajarani, vicinais apontam na direção da TI, e foram identificados três pontos de grande risco de invasão. Outro importante vetor de ameaça é uma vicinal que se expande paralela ao Rio Repartimento, a oeste da península.

Foram também percorridas outras três vicinais que partem das proximidades da Vila Campos Novos em direção ao Rio Apiaú. A comitiva seguiu

SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/1s5CilZ>

depois para a Floresta Nacional de Roraima (Flona) porque na expedição de setembro do ano passado uma ocupação de pelo menos 30 hectares foi encontrada no limite da TIY com a Flona, cuja origem parecia relacionada a possíveis estradas que atravessariam a Unidade de Conservação. As equipes identificaram três vicinais na imagem satélite e com a ajuda do GPS visitaram uma a uma. Nenhuma delas chega a invadir a Flona.



Estrada vicinal se expande a oeste da península

Projeto Sociodiversidade no Xingu vai apoiar serviços e produtos agroflorestais

Em maio, representantes das 12 organizações, que fazem parte do projeto Sociodiversidade no Xingu, financiado pelo Fundo Amazônia, reuniram-se em Brasília para discutir os detalhes da execução da iniciativa. Os participantes revisaram planos, metas e indicadores do plano de monitoramento, modo coletivo e organizado de se trabalhar, fundamental na estratégia de envolver todos os parceiros na discussão dos aspectos técnicos e operacionais para atingir os objetivos.

O ISA lidera a iniciativa, que articula 12 organizações, tendo como foco a estruturação e fortalecimento de cadeias produtivas que envolvam atividades econômicas sustentáveis de populações

SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/1jNgi5s>

indígenas, extrativistas e agricultores familiares em 11 municípios do Pará e Mato Grosso, nas bacias dos rios Araguaia e Xingu.

O projeto vai apoiar a produção e comercialização de serviços e produtos agroflorestais, como sementes e mudas florestais, borracha, castanha, pequi e outras frutas, óleos e essências amazônicas. No Mato Grosso, serão beneficiadas 320 famílias do Parque Indígena do Xingu e das Terras Indígenas Wawi e Marãwatsedé, além de 195 famílias de agricultores, distribuídas em cinco projetos de assentamento de reforma agrária. No Pará, as ações beneficiarão 31 famílias de agricultores assentados e 220 famílias de comunidades tradicionais extrativistas.



Representantes dos Hupd'äh e Yuhupdeh participam do seminário local em Santa Cruz do Cabari

Rio Negro discute a educação escolar indígena

O projeto Seminários de Educação Escolar Indígena lançado pela Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (Foirn) e ISA, com apoio da Funai, realizou alguns seminários entre janeiro e junho para discutir educação indígena e educação escolar indígena. A ideia é fazer um diagnóstico nas cinco regiões administrativas do Rio Negro e propor melhorias de infraestrutura, metodologia de ensino, além de promover intercâmbio de experiências no âmbito do Território Etnoeducacional do Rio Negro e da Política Nacional de Gestão Ambiental em Terras Indígenas (PNGATI). Os territórios etnoeducacionais foram criados para que a educação escolar indígena tenha um sistema próprio, com estrutura e normas condizentes com as propostas políticas e pedagógicas das escolas indígenas, de acordo com as especificidades dos diferentes povos indígenas.

Chamados de seminários locais, foram realizados nos municípios de Santa Isabel do Rio Negro, Barcelos, em comunidades indígenas como Itapereira, Tunui Cachoeira, Taracua,

Distrito de Iauareté, Táwa e com os povos Hupd'äh e Yuhupdeh. Participaram dos debates representantes de diversas associações indígenas, de órgãos municipais e lideranças. Os resultados sistematizados nos seminários locais foram apresentados e debatidos na maloca da Foirn, em São Gabriel da Cachoeira, em junho, com a participação de 300 pessoas incluindo representantes do MEC e de órgãos estaduais e municipais, além de lideranças e representantes de associações indígenas. Os principais problemas e propostas giraram em torno da estrutura física das escolas (avaliada como precária), falta de qualidade e problemas de distribuição da merenda escolar, transporte escolar, material didático, formação de professores indígenas (descontinuada) e projetos político pedagógicos não reconhecidos pelo governo. Sem contar as dificuldades das comunidades em produzir material didático próprio e em línguas indígenas. Foram relatadas as experiências bem sucedidas das escolas Tuyuka, Tukano, Pamaáli e Kotiria e ao final o Plano de Ação do Território Etnoeducacional do Rio Negro foi revisado e um documento com as propostas discutidas foi divulgado. O ISA publicou notas sobre os seminários (*veja links ao lado*).

SAIBA MAIS EM:

<http://isa.to/1nafDgE>

<http://isa.to/STVcgE>

<http://isa.to/1gPt6gR>

<http://isa.to/SGE0e9>

<http://isa.to/1e4Xj5b>

Quilombos do Vale Ribeira concluem Cadastro Ambiental Rural

Foi concluído no início deste ano, um trabalho piloto iniciado pelo ISA no Vale do Ribeira, de inserção de dois territórios quilombolas – Morro Seco, em Iguape, e São Pedro, em Eldorado – no sistema paulista de Cadastro Ambiental Rural (CAR), com apoio do Funbio (Fundo Nacional para a Biodiversidade). A escolha das duas comunidades para o cadastramento se deve ao fato de que são territórios onde o ISA, em parceria com as associações, desenvolve um processo de planejamento e gestão territorial participativa há algum tempo, tendo assim os dados disponíveis para o Cadastro. Com a participação das lideranças das duas comunidades e o apoio do laboratório de geoprocessamento do ISA, o cadastro foi preenchido e algumas falhas do sistema foram identificadas e encaminhadas à Secretaria Estadual de Meio Ambiente.

No Vale do Ribeira, 90% das propriedades são de agricultores familiares ou comunidades tradicionais que têm pouca familiaridade com a tecnologia exigida para o

SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/1chk6iu>

cadastramento. A lei prevê que o Estado dê auxílio técnico para o cadastro deste tipo de proprietário e a SMA-SP informa que vem dialogando com as prefeituras municipais, para oferecer capacitação e infraestrutura para que seus técnicos possam atender aos agricultores familiares. Apesar de as áreas dos dois quilombos serem extensas, pelo Código Florestal elas se enquadram na categoria da agricultura familiar (com até quatro módulos fiscais), por se tratarem de comunidades tradicionais e com sistema e modo de uso característico.

Como a questão fundiária é um dos grandes problemas do Vale do Ribeira, o Cadastro Ambiental Rural poderá ser um instrumento eficaz para identificar com mais precisão e rapidez os conflitos existentes e colaborar na regularização dos territórios quilombolas, mesmo para os que não estão reconhecidos e titulados, caso da maioria deles. Finalmente, se o Ministério do Meio Ambiente não zelar pela qualidade dos cadastramentos, o objetivo da conservação ambiental dos imóveis rurais estará ameaçado.

Organizações indígenas do Médio Rio Negro vão desenvolver projeto de turismo de pesca esportiva

A Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (Foirn) e a Associação das Comunidades Indígenas do Baixo Rio Negro (ACIBRN) firmaram parceria com a empresa Untamed Angling do Brasil para desenvolver um projeto inovador e sustentável de turismo de pesca esportiva no Rio Marié, nas Terras Indígenas (TIs) Médio Rio Negro I e II, no noroeste do Amazonas. A proposta da Untamed Angling do Brasil foi escolhida por unanimidade pelas comunidades indígenas. A iniciativa conta com o apoio da Fundação Nacional do Índio (Funai), além do acompanhamento do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama) e assessoria do ISA. A operação do projeto será estruturada de acordo com um plano de manejo da pesca, dando condições às comunidades de

SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/RoJEBd>

gerir e fiscalizar seu território e garantir a sustentabilidade dos ciclos de vida dos peixes.

A atividade será realizada exclusivamente na modalidade pesque e solte, recebendo até oito turistas por semana com monitoramento de todos os peixes pescados durante a temporada. Serão realizadas expedições anuais de monitoramento com acompanhamento da Funai e Ibama para avaliar a segurança e continuidade da operação. A pesca desordenada no Rio Marié permitiu, no passado, que as empresas firmassem contratos precários diretamente com algumas lideranças indígenas, desconsiderando a organização das comunidades. Empresas e comunidades não assumiam as responsabilidades necessárias à gestão sustentável e participativa da atividade, o que provocava conflitos sociais e impactos ambientais.



© DIVULGAÇÃO / MINISTÉRIO DA SAÚDE

SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/1qEUpOR>

Diagnóstico realizado nas Resex da Terra do Meio é entregue ao ministro da Saúde

Começa a decolar atendimento à saúde diferenciada para extrativistas

Uma articulação realizada pelo ISA com o Ministério da Saúde, Prefeitura de Altamira (PA), o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e associações de moradores das três Reservas Extrativistas da Terra do Meio, impulsionada pelo Ministério Público Federal, foi o ponto de partida para tirar do papel um sistema de saúde diferenciada para populações extrativistas que vivem isoladas geograficamente na Amazônia.

O resultado foi a publicação, em maio, da Portaria 835 do Ministério da Saúde, que ampliou em 80% os recursos para equipes de Saúde da Família Ribeirinhas e Fluviais permitindo maior acesso dessas populações à rede pública de saúde. A portaria foi elaborada a partir de diagnóstico realizado nas Reservas Extrativistas (Resex) do Riozinho do Anfrísio, do Iriri e Xingu, fruto de uma parceria entre o ISA e a prefeitura de Altamira, conduzido pelo médico Douglas Rodrigues da Unifesp. O documento foi entregue em novembro de 2013 ao então ministro da Saúde, Alexandre Padilha.

Foram quatro anos de trabalho em campo conversando com extrativistas, fazendo reuniões de planejamento e diversas articulações até chegar ao que foi denominado de “Modelo de Atenção Integral à Saúde das comunidades extrativistas isoladas geograficamente da Terra do Meio”, elaborado de maneira participativa e relacionado com vários programas em operação do Sistema Único de Saúde (SUS). À portaria vem se somar um decreto municipal da prefeitura de Altamira, que permite contratar técnicos de enfermagem, garantindo melhores níveis de remuneração aos que se dispusessem a atuar na região. Será a primeira vez que as 300 famílias que vivem em áreas isoladas na Terra do Meio terão atendimento em Unidades Básicas de Saúde (UBS) dentro de suas comunidades.

A infraestrutura de assistência à saúde existente nas três Resex da Terra do Meio inclui, pista de pouso, escola, refeitório, sistema básico de energia, alojamento para professor e enfermeiro e o prédio das Unidades Básicas de Saúde (UBS), e foi construída pelo ISA com apoio do Fundo Vale.

Avança a criação do Instituto dos Conhecimentos e Pesquisas Indígenas do Rio Negro

Em abril, uma oficina realizada em São Gabriel da Cachoeira, na sede do ISA, deu continuidade ao debate sobre os conteúdos possíveis do Instituto dos Conhecimentos e Pesquisas Indígenas do Rio Negro, cuja proposta foi apresentada ao MEC em 2012 pela Foirn e pelo ISA. A proposta tem como base a valorização dos conhecimentos locais, a metodologia por meio de pesquisas, a elaboração de materiais nas línguas indígenas e a conceituação do bem viver dos povos indígenas do Rio Negro. Representantes do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), órgão vinculado ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, da Foirn, do MEC, do ISA e lideranças indígenas locais expuseram expectativas e discutiram conteúdos.

SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/1nceHdx>

Os participantes debateram dois temas: um sobre programa de formação e outro sobre estrutura institucional. Quanto à estrutura, foi acordado que os principais beneficiários devem ser os povos indígenas do Rio Negro e que o principal recurso do Instituto são os recursos humanos. Sobre o programa de formação, considerando a região pluriétnica e de grande extensão geográfica que é o Rio Negro, destacou-se que os primeiros investimentos devem contemplar, inicialmente, regiões onde já existem iniciativas de pesquisa e então acompanhá-las. A criação de novas posições como a de tecnólogos, que aliarão técnicas indígenas com novas tecnologias, foi discutida e também os eixos que vão ancorar as pesquisas: manejo do mundo, narrativas de origem e economia indígena.

Terceiro Dia de Campo avança no desenvolvimento de sistemas de produção sustentáveis

A terceira edição do Dia de Campo, encontro promovido pelo ISA, pelo Grupo Cunha, pela Embrapa Agrossilvipastoril, pela

SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/1rdCdg3>



Agricultores e produtores tiram dúvida sobre o CAR

Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente de Canarana, pela Pioneer Sementes e Fertipar Fertilizantes, aconteceu em maio em Canarana (MT), coincidindo com o anúncio do governo da regulamentação do Cadastro Ambiental Rural (CAR), fundamental na implementação do novo Código Florestal. E foi tema de um dos debates que aconteceram, quando o advogado do ISA, Raul do Valle, conversou com estudantes do curso Técnico em Agropecuária de Canarana, agricultores e produtores do Estado do Mato Grosso, tirando dúvidas sobre o CAR e os desafios de se planejar uma propriedade rural produtiva e ambientalmente adequada.

O evento também apresentou o andamento do projeto desenvolvido desde 2011 pela equipe da Embrapa em parceria com o ISA, de plantio de diferentes espécies em 14 hectares da área de Reserva Legal da Fazenda Angaiá, do Grupo Cunha, cujo monitoramento é realizado periodicamente.

Indígenas debatem mineração e hidrelétricas em suas terras

Realizado na comunidade indígena Tabalascada, na região da Serra da Lua, município de Cantá (RR), a 26 km de Boa Vista (RR), o seminário Mineração e Hidrelétricas em Terras Indígenas buscou traçar um quadro atual dos projetos de mineração e hidrelétricas em Terras Indígenas. Representantes indígenas dos povos Wapichana, Macuxi, Ingarikó, Taurepang, Akawaio, Piaroa, Yanomami e Ye'kwana, entre outros, do Brasil, Venezuela e Guiana, debateram os graves danos que tais atividades podem causar em uma das regiões mais antigas, conservadas e ricas em biodiversidade do planeta. A iniciativa foi do Conselho Indígena de Roraima (CIR), da Hutukara Associação Yanomami (HAY), do ISA e do Conselho Indigenista Missionário (CIMI).

Representantes de povos indígenas da Guiana e da Venezuela alertaram para o fato de que comunidades que se localizam em regiões fronteiriças com o Brasil estão sendo impactadas pela maior presença de garimpeiros e empresas de mineração. Na Venezuela, o Estado autorizou uma empresa chinesa a pesquisar nos estados Bolívar e Amazonas, sem que as Terras Indígenas estejam demarcadas. Na Guiana, a situação dos direitos indígenas é precária, há uma flexibilização em razão de interesses econômicos, e o país não ratificou a Convenção 169 da OIT. Nesse contexto, os governos do Brasil e da Guiana vêm de forma preocupante realizando acordos bilaterais para viabilizar projetos de infraestrutura como estudos de viabilidade de construção de hidrelétricas em algumas regiões indígenas.

Em Roraima, estudos realizados pelo ISA demonstram que das 32 TIs do estado, apenas nove não têm pedido para pesquisa e exploração mineral. Em 10 delas, as solicitações incidem em mais de 95% da sua extensão territorial. A TI Yanomami é a que apresenta o maior número de pedidos para exploração e pesquisa (657). No Brasil, a mineração em Terras Indígenas depende de lei que regulamente a atividade e o Congresso Nacional está atualmente discutindo, além do projeto específico que trata deste tema, o Código de Mineração, que regulamenta a matéria em geral.

Ao final do encontro, os representantes indígenas dos três países – Brasil, Venezuela e Guiana – que têm no Monte Roraima um marco comum, divulgaram documento em que relacionam a construção de hidrelétricas à exploração mineral e se posicionam contrários a estes empreendimentos em suas terras.

SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/1zOf1zg>



Curtas

RECURSOS HÍDRICOS SÃO DESTAQUE EM SEMINÁRIO E PLANO DE MATAS CILIARES, NO VALE DO RIBEIRA. No mês de março, o ISA, em parceria com os comitês de bacia do Vale do Ribeira em São Paulo e Paraná, realizou um seminário em Registro. O debate incluiu a situação dos recursos hídricos, a transposição de águas para as regiões metropolitanas de Curitiba e São Paulo e a riqueza do patrimônio cultural e ambiental da região. A necessidade de uma base de dados integrada, que identifique as pressões e oportunidades para a bacia e para um planejamento conjunto, foi o principal encaminhamento para fortalecer a proposta de criação do comitê federal. Em 21 de junho, o ISA entregou ao Comitê de Bacia do Ribeira o “Plano Diretor de conservação e recuperação de matas ciliares”, que pretende conhecer a situação das matas ciliares e apontar as prioridades e metodologias para restauração no Vale do Ribeira. O Plano aponta que as florestas da região precisam ser vistas como um vetor para o desenvolvimento regional, incentivando a permanência da população no campo, a partir de uma estratégia que fortaleça as cadeias produtivas conciliadas com o patrimônio ambiental e cultural da bacia, que a torna um território singular.

SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/1wrVklR>

Pimenta Baniwa inaugura segunda casa no Alto Aiari (AM)

Pouco mais de um ano após a inauguração da primeira Casa da Pimenta Baniwa no Rio Içana, os Baniwa inauguraram uma segunda casa, desta vez na comunidade de Ucuqui Cachoeira e avançam para consolidar uma Rede de Casas da Pimenta Baniwa do Alto Rio Negro, no noroeste amazônico. Localizada em território dos Baniwa Hohodene, o projeto beneficia uma das regiões mais isoladas do território de ocupação baniwa no Brasil.

A primeira casa, na comunidade de Tunui Cachoeira, em território dos Baniwa Dzawinai, já articula a produção de cerca de 60 famílias de 11 comunidades do Médio Rio Içana. A nova casa pretende dobrar este número e, com isso, ampliar a capacidade de atenção ao crescente mercado que a pimenta vem conquistando em diversas localidades do Brasil. A inauguração aconteceu durante uma festa de três dias organizada pela comunidade de Ucuqui Cachoeira e recebeu visitantes de várias comunidades do Médio e Alto Aiari, parentes Baniwa, Wanano e Cubeo que vivem do lado colombiano, e uma comitiva

de parceiros que partiu do município de São Gabriel da Cachoeira e foi composta pelo ISA, Foirn, Oibi e Instituto ATÁ. A comitiva também foi integrada por representantes do Exército Brasileiro, que subiram o rio a convite da comunidade e disponibilizaram a embarcação onde viajaram os visitantes.

SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/1pPWKXk>



© ROBERTO LINKEFF / TERRA VINGEM

Inauguração da nova casa em Ucuqui Cachoeira

Pesquisadores e comunidades indígenas discutem indicadores socioambientais

Em colaboração com os povos Waimiri Atroari, Waiwai, Macuxi e Wapixana, a equipe do Programa de Monitoramento do ISA está aperfeiçoando uma metodologia para o levantamento de informações socioambientais locais.

A iniciativa é parte do processo de construção do Sistema de Indicadores Socioambientais para Terras Indígenas (SisTI), iniciado em 2012. A equipe do Monitoramento visitou as TIs Waimiri Atroari, Waiwai, Ponta da Serra, Anaro e Ananás com o objetivo de iniciar o trabalho colaborativo e acompanhar as atividades iniciadas pelos pesquisadores indígenas em suas aldeias. No total, são 36 pesquisadores indígenas trabalhando no levantamento de informações e estimulando suas próprias comunidades a discutir temas fundamentais para a gestão de seus territórios como segurança

alimentar, pressões e ameaças, questões ambientais, de saúde, educação, entre outros.



© SELMA APARECIDA GOMES/ISA

Waiwai treinam para realizar mapeamento das castanheiras em seu território

Saberes e práticas do Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro são tema de curso

Em abril, em Santa Isabel do Rio Negro (AM), 16 professores indígenas das etnias Baré, Tukano, Pira-Tapuia, Baniwa e Tariano, conhecedores das práticas relacionadas ao Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro, deram aulas aos técnicos do Instituto de Desenvolvimento Agropecuário do Amazonas (Idam).

Durante três dias, eles abordaram os processos de abertura, manejo e práticas de roça. Denominado Relevância dos Saberes e Práticas da Agricultura Tradicional do Rio Negro (AM), o curso teve como objetivo dar maior visibilidade e apresentar os elementos principais dos saberes e práticas que estão na base do Sistema Agrícola, reconhecido como Patrimônio Cultural Brasileiro, em 2010. O ISA

SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/RIXjIX>

apoiou o evento que foi organizado pelas associações indígenas da região

com a participação de instituições de pesquisa e órgãos do governo do Estado do Amazonas.

A ênfase foi para a soberania alimentar das famílias, as especificidades locais desses saberes e práticas e seus papéis numa agricultura de baixo impacto ambiental que permite a seleção e a conservação de mais de 300 espécies e variedades cultivadas, sendo 110 variedades de manivas (mandioca). Além disso, destacaram aspectos do processo de transmissão de conhecimento tradicional, a necessidade de envolvimento dos jovens nas atividades da roça e práticas associadas, como benzimentos e confecção de utensílios. O curso faz parte de um conjunto de ações de salvaguarda previstas para o Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro e visa fornecer novas bases para atuação dos agentes técnicos no apoio à agricultura indígena do Rio Negro.

Defesa dos Direitos Socioambientais

Yanomami comemoram saída de fazendeiros de seu território

A Hutukara Associação Yanomami promoveu uma grande festa na aldeia Xikawè para comemorar a retomada de parte de seu território tradicional na região do Ajarani (RR), que há quarenta anos estava ocupada por não indígenas, mesmo após a homologação, em 1992, da Terra Indígena Yanomami. A desintrusão é resultado de uma longa luta dos Yanomami, que atuaram junto à Funai, para que fossem finalizados os levantamentos das benfeitorias dos fazendeiros e analisada a boa fé das benfeitorias construídas. A HAY tem cobrado do Governo Federal apoio para a elaboração de um Plano de Gestão da Terra Indígena Yanomami. Foram pagos mais de um milhão em benfeitorias aos fazendeiros e é fundamental definir como aproveitá-las para promover a maior presença do Estado e a governabilidade das comunidades indígenas.

© ESTEVAO BENFICA SENRA/ISA



Dario Yanomami (à dir.) assina termo de recebimento das benfeitorias ao lado de Riley B. Mendes, da Funai

Infográfico e nota técnica revelam tamanho da dívida socioambiental de Belo Monte

Pela primeira vez desde o início do processo de licenciamento ambiental da Hidrelétrica Belo Monte, o ISA reuniu em um único documento as últimas avaliações do Ibama e da Funai sobre o atendimento de todas as obrigações socioambientais da usina. Uma nota técnica e um infográfico animado intitulado “A dívida de Belo Monte” buscam traduzir em linguagem gráfica, visual e didática o complexo universo de relatórios técnicos analisados pelo Programa Xingu do ISA.

Publicado em abril, o trabalho mostrou que a dívida de Belo Monte com a população da Amazônia é grande. Do total das 54 condicionantes que deveriam estar plenamente atendidas ou em processo de atendimento, só 15 são avaliadas pelos órgãos fiscalizadores como de implementação satisfatória. Apesar disso, não houve sanção a uma série de descumprimentos relatados pelo corpo técnico dos órgãos de fiscalização – Ibama e Funai.

Além do esforço em explicar o que está acontecendo com as condicionantes socioambientais, a Fundação Getúlio Vargas (FGV) foi contratada para elaborar, a partir do segundo semestre deste ano, indicadores socioambientais sobre a efetividade e a satisfação social do cumprimento de uma parcela das condicionantes da usina na região afetada. A contratação da FGV foi resultado de um esforço de mais de três anos junto à Câmara Técnica de Monitoramento (CTM) do Comitê Gestor do PDRSX (Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu). Trata-se de um espaço de participação paritário, que conta com representantes do governo e da sociedade civil, incluindo a empresa Norte Energia, responsável pela construção de Belo Monte. Depois de vencer as dificuldades para se chegar a um acordo, finalmente a FGV foi a instituição contratada para realizar e produzir dados e, assim, apoiar o trabalho da Câmara, que é facilitar a cooperação entre o empreendedor e as diferentes esferas do Poder Público em condicionantes de responsabilidade mútua.

Em parceria com redes de mídia independente, o ISA também promove debates online sobre o cum-



Confira o infográfico completo em <http://www.socioambiental.org/pt-br/blog/blog-do-xingu/infografico-belo-monte>

primento das condicionantes, com a participação do Ministério Público Federal, da Defensoria Pública Estadual, da equipe técnica dos programas do ISA e de alguns convidados especialistas nos temas. Após a exibição, os debates, denominados *hangouts* (conferências pela web ao vivo) ficam disponíveis no site do ISA.



© CLAUDIO TRAVES/ISA

Iluminação noturna dos totens foi feita por coletores solares

Depois de Brasília, mostra sobre direitos indígenas passa por SP, Belém e Manaus

A exposição *Povos Indígenas no Brasil 1980/2013 – Retrospectiva em Imagens da Luta dos Povos Indígenas no Brasil por seus Direitos Coletivos*, que foi inaugurada em Brasília, no Museu da República em novembro do ano passado, desembarcou no fim de março deste ano em São Paulo, indo em maio para Belém, e em julho a Manaus. A mostra comemora os 30 anos do Apoio Norueguês aos Povos Indígenas no Brasil, os 25 anos da Constituição e os 20 anos do ISA. O projeto é uma realização da Embaixada da Noruega no Brasil e do ISA.

São 43 fotos, clicadas por 33 fotógrafos, com mapas e textos de apoio, em português e inglês, exibidas em ordem cronológica em 18 totens de 2,39 x 2 m, com imagens de ambos os lados, e iluminação noturna feita por coletores solares.

A exposição traz momentos e personagens históricos do período abordado, no qual os povos indígenas saíram da invisibilidade para entrar de vez no imaginário e na agenda do Brasil contemporâneo. O marco desse processo foi o capítulo dos direitos indígenas da Constituição. Entre outros temas, as imagens mostram a participação indígena na Constituinte (1986-1988); a batalha pelo reconhecimento das Terras Indígenas; a resistência às invasões de garimpeiros e madeireiros; o apoio de músicos como Sting e Milton Nascimento; a apropriação das tecnologias do homem branco; as ameaças aos últimos povos “isolados”; as mobilizações recentes pela garantia de seus direitos.

SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/1qKc467>

Curtas

JUSTIÇA NEGA LICENCIAMENTO À MINERADORA BELO SUN.

Em junho, o Ministério Público Federal conseguiu paralisar o projeto da canadense Belo Sun de minerar ouro no Rio Xingu, aproximadamente 10 km abaixo da barragem da usina de Belo Monte. Descrito como o maior projeto de mineração de ouro do Brasil, em novembro de 2013 uma liminar havia suspendido o licenciamento ambiental. Agora, a Justiça Federal confirmou a decisão anterior anulando a licença prévia. Desde outubro do ano passado, uma petição na internet “Belo Sun Não” pede a paralisação do projeto e até final de junho já tinha mais de 100 mil assinaturas. Vale lembrar que em janeiro de 2013, o ISA enviou parecer técnico à Secretaria Estadual do Meio Ambiente do Pará pedindo declaração de inviabilidade ambiental da obra. A análise chamava a atenção para os riscos do projeto.





© KANINDA KSEDJJE

O cacique kayapó Raoni protesta na Explanada dos Ministérios, em frente ao Ministério da Justiça

Indígenas protestam em Brasília em defesa de seus direitos

Em maio, mais de 500 índios de 100 diferentes povos participaram de novos protestos em Brasília, num cenário de continuidade do ataque generalizado aos direitos indígenas, em especial os direitos territoriais, da parte de vários setores do governo e de um conjunto de atores políticos e econômicos capitaneados pela bancada ruralista.

Um dos principais objetivos foi protestar contra a série de projetos contra os direitos indígenas em tramitação no Parlamento, como a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 215, que pretende transferir aos congressistas a atribuição de aprovar a demarcação das Terras Indígenas (TIs); o Projeto de Lei (PLP) 227, que visa abrir essas áreas à exploração econômica; o PL 1.610, que regulamenta a mineração nas TIs. Além destes, também foram alvo de protestos a proposta de alteração do procedimento de demarcação das TIs do ministro da Justiça,

José Eduardo Cardozo, e a Portaria 303 da Advocacia-Geral da União (AGU), que objetiva generalizar a todas

as TIs as condicionantes definidas para a TI Raposa-Serra do Sol (RR), contrariando decisão do STF. Na prática, são propostas que pretendem paralisar definitivamente os processos de demarcação, já suspensos pelo governo federal. Os índios juntaram-se a movimentos sociais que protestavam contra a realização da Copa do Mundo e o que era uma manifestação pacífica acabou resultando em violência policial contra os manifestantes, muitos deles feridos por balas de borracha no confronto.



© ALDIA NUNUA

Manifestantes se reuniram na rodoviária de Brasília

SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/1mhmUfw>
<http://isa.to/1tOhuvq>

ISA participa de eventos da cooperação internacional na Holanda e Noruega

No final de março, os secretários executivos do ISA, Adriana Ramos e André Villas Bôas, e o coordenador adjunto do Programa Rio Negro, Marcos Wesley, participaram do encontro de parceiros da Rainforest da Noruega, em Oslo. Durante a reunião foram discutidas as iniciativas do pacote amazônico promovido pela Rainforest (com apoio de recursos da Iniciativa de Florestas e Clima da Noruega) e suas perspectivas futuras, contribuindo para a discussão de novas estratégias para a região.

Em maio, Adriana Ramos, esteve na sede da ICCO (Interchurch Organisation for Development Cooperation), na Holanda, para participar de uma mesa redonda sobre responsabilidade social corporativa na qual relatou as experiências do ISA na relação com empresas. Adriana também participou de reuniões no Ministério de Relações Exteriores, discutindo a conjuntura no Brasil e a importância da manutenção da cooperação com o Brasil. Foi procurada e entrevistada por jornalistas holandeses interessados na conjuntura do País em função da realização da Copa do Mundo que se iniciaria em junho.



ISA fica entre os dez finalistas do Desafio de Impacto Social | Google

Em maio, o projeto Miniusinas Open Source de Produtos da Floresta apresentado pelo ISA ficou entre os dez finalistas do Desafio de Impacto Social Google | Brasil. Destes, quatro foram selecionados: um pelo público que votou diretamente na internet e os outros três escolhidos por um painel de jurados. Os quatro vencedores receberam um *Global Impact Award* no valor de R\$ 1 milhão. Os seis projetos restantes, receberam um prêmio de R\$ 500 mil. O recurso será destinado ao projeto do ISA de construção de miniusinas de processamento de produtos florestais não madeireiros, tais como: castanha do Pará, óleos de babaçu, castanha, andiroba, manteiga de cacau, cupuaçu, secagem de pimentas, produção de doces de frutas, frutas desidratadas, processamento de sementes florestais e borracha. O Desafio de Impacto

Social Google | Brasil apoia organizações sem fins lucrativos que utilizem tecnologia e abordagens inovadoras para resolver grandes desafios.

SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/1puxRxp>



** Considerados os web sites Socioambiental; Povos Indígenas; Povos Indígenas Mirim; Unidades de Conservação; De olho nas TIs; Y Ikatu Xingu; Cílios do Ribeira.*

Seminário de final de ano debate perspectivas para os próximos 10 anos

O Brasil daqui a dez anos foi tema de debate e reflexão no segundo dia do seminário de final de ano do ISA, em 19 dezembro, no Instituto Goethe, em São Paulo e que reúne colaboradores e sócios. Os três palestrantes convidados foram o professor Ricardo Abramovay, da Faculdade de Economia e Administração da USP, o professor de Ciência Política André Singer, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP e o empresário Pedro Passos, da Natura, atual presidente da SOS Mata Atlântica.

Ações na web celebram Semana do Índio e Semana do Meio Ambiente

Em 2014, o ISA retomou a iniciativa de produção de conteúdos especiais na *web* para a Semana do Índio, em abril, e para a Semana do Ambiente em junho. Concentradas nos sites e perfis nas redes sociais do instituto, as ações também envolveram a participação em eventos e o apoio à Campanha dos índios Guarani em São Paulo.

Na Semana do Índio, a novidade ficou por conta da primeira edição do programa de rádio “Música dos Povos”. Com apresentação de Marcos Wesley de Oliveira, do Programa Rio Negro do ISA, e cerca de meia hora de duração, o programa mostrou canções indígenas adaptadas a partir de ritmos como o forró, o brega e o rap. Ouça em <https://soundcloud.com/socioambiental/programa-musicas-dos-povos>

Já o Tumblr colaborativo Eu+Índio [<http://eumai-sindio.tumblr.com>] ganhou um novo enfoque: obras de arte que têm a cultura indígena como tema. Entre fotos, filmes e ilustrações, foram disponibilizadas cerca de 20 obras de artistas de todo o Brasil. A página especial na Enciclopédia dos Povos Indígenas no Brasil foi atualizada e ganhou uma seção de vídeos [<http://pib.socioambiental.org/pt/c/diadoindio>].

A equipe do tema Povos Indígenas no Brasil também participou da Semana do Índio do Universidade do Meio Ambiente e Cultura de Paz (UMAPAZ), da Prefeitura de São Paulo, no Parque do Ibirapuera, fazendo uma palestra sobre direitos indígenas. O debate foi orientado pelas imagens da exposição fotográfica “Povos Indígenas no Brasil 1980-2013” que estava em cartaz no Parque, ao lado do Museu Afro Brasil. Os materiais podem ser conferidos na página <http://www.socioambiental.org/pt-br/semana-do-indio-2014>

Água foi o tema da Semana da Meio Ambiente

Já na semana do Meio Ambiente, as ações giraram em torno do tema Água, e além da equipe do Monitoramento envolveu outras áreas do ISA tais como o Geoprocessamento, a Comunicação, os programas Xingu e



Ribeira e Direito e Política Socioambiental. O conteúdo foi divulgado no site e nas redes sociais e obteve amplo grau de difusão e acompanhamento.

Os principais eventos que contaram com cobertura, participação e divulgação foram a sétima edição do Abraço da Guarapiranga (SP), eventos sobre a crise da água (organizados pela Rede Nossa São Paulo e pelo *Le Monde diplomatique*) e o lançamento de uma estratégia de atuação nacional do Ministério Público Federal em defesa das Unidades de Conservação.

Dois *hangouts* (conferência web ao vivo) foram realizados: um sobre a Bacia do Rio Ribeira de Iguape (SP) – ameaças, transposições e outras pressões – e outro sobre a qualidade da água do reservatório de Belo Monte.

Também foram produzidos infográficos temáticos sobre pegada hídrica e reuso da água e notícias referentes ao tema foram elaboradas e divulgadas como o lançamento da Frente Parlamentar de “Atingidos por Áreas Protegidas”, promovido pelo MPF. Foram 15 postagens no facebook, com 76.248 pessoas alcançadas e nessa semana a página do ISA ganhou 883 novos fãs e o twitter 55 novos seguidores. O conteúdo no site alcançou cerca de 2 mil visualizações. Os materiais podem ser conferidos aqui: <http://isa.to/1qLnVce>



© GABRIELA VONOST/DAMARA DOS PEREIRAS

SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/1v4nvaD>
<http://isa.to/1v4nfs8>
<http://isa.to/1hrPKtO>

Em audiência pública, organizações da sociedade civil fazem balanço da nova legislação

Como anda a implementação da nova lei florestal

Desde a aprovação da polêmica nova lei florestal (Lei Federal nº 12.651/12) o ISA vem trabalhando no monitoramento de sua implementação e tentando emplacar mecanismos econômicos que incentivem os produtores rurais a conservar ou restaurar florestas em suas áreas, de forma a diminuir os prejuízos trazidos com a anistia concedida por ela.

Em fevereiro, descobriu-se que havia uma pressão dos representantes do agronegócio para que a regulamentação da lei permitisse que fazendas pudessem ser inscritas de forma fracionada no Cadastro Ambiental Rural (CAR), o que aumentaria a anistia para grandes e médios proprietários. A manobra foi amplamente divulgada, ganhou repercussão na grande mídia, e fracassou a tentativa de burlar a lei.

Para avaliar como os governos estaduais estão se preparando para implementar o CAR, o ISA elaborou e encaminhou, em ação coordenada com outros integrantes do Observatório do Código Florestal, um questionário a todos os órgãos ambientais. O resultado demonstrou que, salvo exceções, não está havendo a preparação adequada para usar o cadastro como instrumento efetivo de melhoria da situação ambiental no campo, a medida em que, na maioria dos estados, há poucos funcionários para analisar e validar o CAR, não há estratégia clara de monitoramento dos compromissos de restauração e não está planejada assistência técnica para apoiar a regularização. Estes e

outros pontos indicam que corre-se o risco de ter um CAR “para inglês ver”.

Uma das formas de evitar que a regularização fique no papel é criar mecanismos que premiem os produtores que, de fato, têm ou restauram florestas, e assim prestam serviços ambientais à sociedade. O ISA, a partir de diálogo com técnicos do governo e movimentos sociais, elaborou algumas propostas nesse sentido, e vem dialogando com autoridades públicas e organizações da sociedade civil para que elas se transformem em políticas públicas.

Em janeiro, as principais organizações representativas da agricultura familiar do país (MST, Contag, Fetraf, MPA) encaminharam uma carta ao grupo gestor do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA pedindo que aprovasse uma dessas propostas: a que pretende dar um prêmio de até 20% no preço dos alimentos vendidos por produtores familiares regularizados ambientalmente. Essa proposta já havia sido aprovada pelo Conselho de Nacional de Segurança Alimentar (Consea) e é objeto de uma nota técnica favorável da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), principal operador do programa. Apesar desse apoio explícito e de conversas nos mais diferentes escalões dos ministérios do Desenvolvimento Agrário e do Meio Ambiente pedindo empenho em aprovar essa e outras propostas, a regulamentação da lei veio sem nenhum instrumento econômico que incentive uma regularização efetiva.

Aprovado o marco regulatório das organizações da sociedade civil

A Câmara dos Deputados aprovou em julho o Projeto de Lei nº 7168/14, do Senado, que estabelece novas normas para parcerias voluntárias da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios com Organizações da Sociedade Civil (OSCs). A matéria foi sancionada em 31 de julho pela presidente Dilma Rousseff. A nova lei estabelece regras claras para as parcerias que envolvam ou não transferência de recursos financeiros. Entre elas: a criação de instrumentos jurídicos específicos para as parcerias, a exigência de qualificação das organizações, a desburocratização dos orçamentos e a maior segurança jurídica na prestação de contas. O texto é resultado de inúmeras rodadas de consultas e debates públicos com a participação de representantes das OSCs e da Plataforma por um Novo Marco Regulatório para as Organizações da Sociedade Civil, aliança que reúne organizações que lutam há mais de dez anos pelo avanço da legislação que envolve as OSCs. A secretária executiva adjunta do ISA, Adriana Ramos, participou ativamente das articulações e debates enquanto diretora da Associação Brasileira de ONGs (Abong).

Sociedade civil encaminha representação à Câmara contra relator do PL da Mineração

Em maio, organizações da sociedade civil, movimentos sociais e cidadãos comuns encaminharam à Câmara Federal representação inédita, por quebra de decoro parlamentar, contra o deputado Leonardo Quintão (PMDB-MG), relator do Projeto de Lei (PL) nº 37/2011, do novo marco legal da mineração, pedindo seu afastamento. O deputado teve sua campanha financiada pelo setor minerário, o que o desqualifica a relatar matéria de interesse direto de seus financiadores e fere o Código de Ética da Câmara.

O relatório de Quintão não traz nenhum tipo de salvaguarda aos direitos de comunidades indígenas e tradicionais afetadas pela mineração e chega a propor que a oficialização de Unidades de Conservação, Terras Indígenas, territórios quilombolas e assentamentos de reforma agrária tenha anuência da Agência Nacional de Mineração (ANM).

A representação, entretanto, foi arquivada a pedido do presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN). Ele considerou que o PL trata de “regras gerais, aplicáveis indistintamente a todas as empresas que atuam no setor” e, assim, não estaria relacionado aos interesses de nenhuma empresa em especial. “Por essa interpretação, só haveria conflito se Quintão estivesse relatando projetos de lei que mencionassem especificamente essas empresas. Isso, na prática, inutiliza a regra do Código de Ética, pois, por definição, os projetos de lei devem tratar de assuntos gerais, e não de assuntos de interesse específico dessa ou daquela pessoa. Como nunca haverá um projeto de

SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/1kYkkfa>

lei que fale especificamente de determinada empresa, nunca haverá quebra do decoro”, analisa o advogado do ISA Raul do Valle, e um dos autores da representação.

Curtas

► SOCIEDADE CIVIL LANÇA AGENDA BRASIL SUSTENTÁVEL MIRANDO AS ELEIÇÕES 2014.

A Agenda Brasil Sustentável lançada em junho, em São Paulo, conta com a participação de 25 organizações da sociedade civil, como o ISA entre outras. O documento traz princípios e compromissos sobre sete temas estratégicos e serão propostos a candidatos às eleições (Executivo e Legislativo) de outubro e a seus partidos políticos. A ideia é que se comprometam com propostas concretas, que depois serão monitoradas pelo coletivo que compõe o movimento, que não se encerra em outubro. A partir de uma ferramenta chamada De Olho nas promessas, o movimento da sociedade civil irá acompanhar o que os candidatos prometeram e se eleitos o que, de fato, estão fazendo.



SAIBA MAIS EM:
<https://www.facebook.com/AgendaBrasilSustentavel>

ISA, Imazon e Ipam apresentam documento sobre desmatamento

O Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam), o Instituto Socioambiental (ISA) e o Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), apresentaram ao governo federal, no início de 2014, um documento com reflexões sobre o aumento do desmatamento ocorrido em 2013 e elencam uma série de recomendações para que haja redução nos índices e reversão dessa tendência. Entre os vários fatores que podem explicar o aumento de 2013, dois deles são tradicionalmente conhecidos: especulação fundiária e o efeito das obras de

infraestrutura sem as devidas salvaguardas socioambientais.

SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/1kYkkfa>

PUBLICAÇÕES DO 1º SEMESTRE DE 2014

LIVRO E VÍDEO CONTAM A HISTÓRIA DOS SÍTIOS SAGRADOS DO NOROESTE AMAZÔNICO. *Fruto de iniciativa binacional entre Brasil e Colômbia, o projeto de cartografia e salvaguarda de sítios sagrados dos indígenas que vivem no noroeste amazônico lançou os resultados da primeira etapa, registrados em livro e vídeo. O lançamento foi realizado na sede do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), em Brasília, em maio. Contou com a participação de representantes do Iphan, da Funai, da Foirn e do ISA. A publicação é composta por três partes principais, com a divulgação de informações relevantes sobre o noroeste amazônico e os povos indígenas e a apresentação de algumas experiências de cartografia cultural e documentação de sítios sagrados desenvolvidas pelas comunidades e associações indígenas dos dois lados da fronteira, com apoio das ONGs e órgãos governamentais que fazem parte da iniciativa. O vídeo é um resumo da Expedição Anaconda, realizada em fevereiro de 2013. Saiba mais <http://isa.to/1r2erz5>*



HISTÓRIAS DE BEM VIVER DOS INDÍGENAS DO ALTO RIO AIARI (AM).

Trata-se do segundo volume da série Kaawhiperi Yoodzawaaka. Traz 18 temas abordados por autores indígenas do Alto Rio Aiari que levam os leitores a conhecer e refletir sobre as histórias de origem, a diversidade e as melhores formas de manejar e relacionar-se com recursos, bens e ambientes, que são parte indispensável do bem viver de inúmeras comunidades amazônicas. O primeiro volume da série foi lançado em 2012.

À venda na loja do site do ISA por R\$ 35,00.

Saiba mais http://loja.socioambiental.org/loja/detalhe_produto.html?id_prd=10430



PROJETO CRUVIANA APRESENTA RESULTADOS DO ESTUDO DOS VENTOS NA RAPOSA-SERRA DO SOL. *Parceria entre o Conselho Indígena de Roraima (CIR), o ISA e a Universidade Federal do Maranhão, o projeto avalia continuamente o potencial para geração de energia eólica na região nordeste de Roraima, onde está a Terra Indígena Raposa-Serra do Sol. Dois boletins trazem as atividades dos quase dois anos de projeto e os primeiros resultados do estudo dos ventos,*

indicando o bom potencial para a geração de energia.

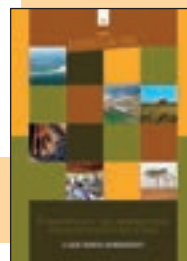
Saiba mais <http://isa.to/1il6qfl>



NOVO LIVRO DA SÉRIE A RESPOSTA DA TERRA ESTÁ DISPONÍVEL PARA DOWNLOAD. *A publicação Experiências socioambientais desenvolvidas na região do Araguaia Xingu. O que temos aprendido? é a terceira da série, que também inclui um documentário. O novo livro traz uma avaliação do trabalho da Articulação Xingu Araguaia (AXA) em três assentamentos no Mato Grosso e é um esforço para explicar as principais iniciativas na construção de outro modelo de desenvolvimento num contexto de*

inúmeras pressões ambientais e sociais sofridas na região das bacias do Araguaia e Xingu.

Saiba mais <http://isa.to/1qOeX8s>



INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL Conselho Diretor: Neide Esterci (presidente), Marina Kahn (vice-presidente), Ana Valéria Araújo, Jurandir Craveiro e Tony Gross; Secretário Executivo: André Villas-Bôas; Secretária executiva adjunta: Adriana Ramos.

APOIO INSTITUCIONAL Icco (Organização Intereclesiástica para Cooperação ao Desenvolvimento) e NCA (Ajuda da Igreja da Noruega)

BOLETIM SOCIOAMBIENTAL Edição: Maria Inês Zanchetta – editora (MTB 11.616-SP). Jornalistas: Leticia Leite e Oswaldo Braga de Souza.

Ilustrações e logomarca: Rubens Matuck; **Projeto gráfico e editoração eletrônica:** Ana Cristina Silveira. **Visite nosso site:** www.socioambiental.org

ISA SÃO PAULO Av. Higienópolis, 901, 01238-001, São Paulo (SP), tel: (11) 3515-8900 / fax: (11) 3515-8904, isa@socioambiental.org • **ISA BRASÍLIA** SCLN 210, bloco C, sala 112, 70862-530, Brasília (DF), tel: (61) 3035-5114 / fax: (61) 3035-5121, isadf@socioambiental.org • **ISA MANAUS** Rua Costa Azevedo, 272, 1º andar, Largo do Teatro, Centro, 69010-230, Manaus (AM), tel/fax: (92) 3631-1244/3633-5502, isamao@socioambiental.org • **ISA BOA VISTA** R. Presidente Costa e Silva, 116, 69390-670, Boa Vista (RR), tel: (95) 3224-7068 / fax: (95) 3224-3441, isabv@socioambiental.org • **ISA SÃO GABRIEL** Rua Projetada, 70, Centro, Caixa Postal 21, 69750-000, São Gabriel da Cachoeira (AM), tel/fax: (97) 3471-1156, isarn@socioambiental.org • **ISA CANARANA** Av. São Paulo, 202, Centro, 78640-000, Canarana (MT), tel: (66) 3478-3491, isaxingu@socioambiental.org • **ISA ELDORADO** Rua Dr. Nuno Silva Bueno, 390, 11960-000, Eldorado (SP), tel: (13) 3871-1697, isaribeira@socioambiental.org • **ISA ALTAMIRA** Rua dos Missionários, 2589, Explanada do Xingu, 68372-030, Altamira (PA), tel: (93) 3515-5749.